

**FAPAC - UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS DE BAEPENDI
VALDIRENE CÂNDIDO DE SOUZA**

**A CONTRIBUIÇÃO DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA PARA
COMBATER A EVASÃO ESCOLAR DO JOVEM DO CAMPO: A EFA
DE CRUZÍLIA.**

BAEPENDI- MG

2022

**FAPAC - UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS DE BAEPENDI
VALDIRENE CÂNDIDO DE SOUZA**

**A CONTRIBUIÇÃO DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA PARA A EVASÃO
ESCOLAR O JOVEM DO CAMPO: A EFA DE CRUZÍLIA.**

Artigo Científico Apresentado à FAPAC –
Faculdade Presidente Antônio Carlos de
Baependi, como requisito para o encerramento do
8º período do Curso de Pedagogia.

BAEPENDI- MG

2022

INTRODUÇÃO

A escolha do presente tema tem por razão o conflito que os jovens do campo enfrentam: Continuar os estudos ou auxiliar a família com a lida do campo? Como profissional atuando na EFAC(Escola Família Agrícola de Cruzília), venho observando que os estudantes de lá conseguem alternar os estudos e auxiliarem as famílias.

A Pedagogia da Alternância trabalha em sincronia com a escola e o trabalho fazendo com que o jovem continue estudando e ao mesmo tempo não se desvincule da família, auxiliando com sua mão de obra. Além disso, a proposta proporciona outras funções no desenvolvimento do meio, e consequentemente da comunidade, propiciando-lhes condições de fixar-se ao meio. Entretanto, desenvolver ações de maneira democrática, tem como princípio a autonomia, considerando os objetivos a atingir e a construção conjunta do ambiente de trabalho, implicando a livre escolha e as decisões. É imprescindível nesse modelo de trabalho, um grupo de pessoas comprometidas com a formação integral dos estudantes. Esse método permite debater a realidade com a família e educadores. A discussão possibilita reflexões e novas formas de pensar e agir na escola e nas propriedades buscando a formação personalizada. É relevante também, o posicionamento dos educandos sobre o desenvolvimento dos conteúdos escolares, aliando teoria e prática, frente aos desafios que se deparam. Avaliando que a Pedagogia da Alternância é uma alternativa para a Educação no Campo, tal forma de ensino–aprendizagem consiste em mesclar períodos de uma semana em regime integral na escola e uma semana de aplicação supervisionada dos conhecimentos na propriedade familiar. Esse processo requer que o aluno aprenda técnicas que serão úteis para a vida no campo e coloque em prática no convívio familiar. A instituição volta-se para a realidade local, adequando-se as demandas dos alunos de ficarem na propriedade com sua família para trabalhar. Com a Pedagogia da Alternância os jovens transformam-se em agentes multiplicadores, mudando a sua realidade e a do seu entorno. AZEVEDO, 1998, p.117).

DESENVOLVIMENTO

A evasão escolar é um dos temas mais desafiadores enfrentados para o processo de escolarização, não apenas no Brasil, mas também em outros lugares do mundo. Segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre as cem nações com melhor Índice de Desenvolvimento Humano, o Brasil é o 3º com maior taxa de evasão escolar¹.

A evasão escolar contribui efetivamente para a elevação da pobreza e baixa da qualidade de vida das pessoas, na medida em que, uma vez portadoras de um grau de escolaridade menos elevado, elas ficariam expostas a variadas formas de inserção precarizada no mercado de trabalho. Tal situação reforçaria também os vínculos de dependência desses indivíduos frente aos programas governamentais, o que, certamente, comprometeria o desenvolvimento de formas de vida mais autônomas, culminando em casos mais extremos na exclusão social.

Pensando especificamente nos jovens do campo, historicamente rejeitados de boa parte dos processos de escolarização e dos benefícios sociais, a situação tende a assumir contornos mais acentuados. Nesse cenário, as Escolas Famílias Agrícolas

¹ Brasil tem 3ª maior taxa de evasão escolar entre 100 países, diz Pnud. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/03/14/brasil-tem-3-maior-taxa-de-evasio-escolar-entre-100-paises-diz-pnud.htm>>. Acesso em: 18 out. 2016.

são conhecidas por apresentar um trabalho diferenciado no aspecto pedagógico, conhecido como Pedagogia da Alternância. Esta experiência educacional se utiliza de um método próprio, conhecido como Plano de Estudo para desenvolver os conteúdos e a formação integral dos/as estudantes. Presentes no Estado de Minas Gerais há 32 anos, as escolas da Alternância têm envidado esforços no sentido de proporcionar às populações do campo uma educação centrada nas suas peculiaridades e necessidades, de forma que seja possível a formação de consciências críticas e comprometidas com o desenvolvimento sustentável. Ou seja, sustentadas por princípios filosóficos e pedagógicos fundamentados na perspectiva da emancipação dos sujeitos e na construção de um mundo mais sustentável com tecnologias de produção que se aproximem ao máximo da dinâmica da natureza, elas têm um importante papel social para o campo, que hoje vive sobre forte tensão das forças do agronegócio. Segundo Araújo (2014, p. 18),

o projeto de ensino integrado como um projeto pedagógico que só pode cumprir com sua finalidade de formar na perspectiva da totalidade se assumir a liberdade como utopia e manter íntima vinculação com o projeto político de construção de uma sociabilidade para além do capital.

Apesar de sua importância, o ingresso e permanência dos jovens do campo a esta modalidade de ensino ainda é um grande desafio. Percebe-se através dos documentos oficiais que uma grande parte dos jovens do campo ainda opta por escolas convencionais, tanto do campo como da cidade, e muitos dos que ingressam na modalidade da Alternância não chegam até o fim do curso, evadindo-se.

A temática da evasão é complexa e por isso sem uma definição precisa. Dore e Lucher (2011, p. 777) a definem como “um processo complexo, dinâmico e cumulativo de desengajamento do estudante da vida da escola. A saída do estudante da escola é apenas o estágio final desse processo”.

Baggi (apud BORJA e MARTINS, 2012, p. 95) entende que “independentemente das causas para o seu acontecimento, seja em instituições de ensino público ou privado, [a evasão] é um fenômeno social complexo que provoca graves consequências sociais, acadêmicas e econômicas”.

Estas consequências na educação técnica causam grandes problemas na qualidade da formação do estudante e seu ingresso na vida profissional, sendo que muitos pesquisadores da área orientam para a necessidade de se identificar antecipadamente a evasão, de modo a possibilitar o acompanhamento dos jovens em situação de risco, e dessa forma, prevenir a ocorrência do problema (EUROPEAN COUNCIL, 2004; MARKUSSEM, 2004; apud DORE e LUCHER, 2011, p. 777).

Borja e Martins (2012, p. 95), têm destacado que “o conhecimento das características sociais dos alunos, poderá levar a compreender, porque surgem riscos de evasão escolar”. Segundo as autoras: Nos dias atuais, a escola, para cumprir seu papel, deve adaptar-se à diversidade dos alunos que a frequenta, uma vez que essa é a exigência imposta pela sociedade. Cada estudante é um indivíduo e a sua origem socioeconômica e cultural influencia a forma de ser e de estar. A escola precisa ser capaz de prevenir situações que levam à exclusão ou à segregação dos alunos, sobretudo dos que são provenientes de meios sociais problemáticos

Ao tratarmos da educação do campo, vemos um diferencial com relação às escolas rurais. Quando tratamos de educação rural, Arroyo (1999) afirma que a escola se vincula ao mundo da produção. Mas a escola se vincula, sobretudo, aos processos culturais inerentes aos processos produtivos e sociais. A escola se vincula, sobretudo, às matrizes culturais do povo, da comunidade, às matrizes culturais do campo. Vincula-se às mudanças culturais que o movimento social provoca (Arroyo e Fernandes, 1999).

A partir dos anos 1990, os movimentos sociais do campo e várias organizações da sociedade civil iniciaram o movimento pela educação básica do campo no Brasil (NASCIMENTO, 2002). Este movimento surgiu a partir de críticas realizadas pelos povos do campo com relação ao modelo de educação, ao qual denominamos educação rural. Para esses povos, esta educação oferecida não condizia à realidade, o que levou a discussão do sistema educacional. A educação do campo começa a se formar a partir da organização dos movimentos sociais, associado às lutas pela terra, a dignidade social e valorização do homem do campo. Para Caldart (2009), os protagonistas do processo de criação da Educação do Campo são os movimentos sociais camponeses em estado de luta, com destaque aos movimentos sociais de luta pela reforma agrária e, particularmente, ao MST.

O marco institucional da educação do campo é a LDB 9394/96, que identifica a escola localizada no meio rural como lugar de diversidade dos povos do campo, permitindo práticas organizacionais ligadas às atividades do trabalho e da vida do campo. Isto permite afirmar que as experiências ligadas à vida e ao trabalho são instrumentos de formação dos sujeitos do campo que, quando chegam à escola trazem consigo um conjunto de saberes provenientes de suas vivências.

Dessa forma, a LDB (1996) disciplinou uma escola para o meio rural, que aqui cito:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

A LDB 9394/96, portanto, permitiu a abertura do campo dos direitos para que os movimentos sociais reivindicassem a escola para os sujeitos do campo. A ação afirmativa do MST e da sociedade civil se mostrou presente na LDB e nas legislações vindouras, que destacamos: o Plano Nacional de Educação – PNE, Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001, estabelece que “A escola rural requer um tratamento diferenciado, pois a oferta de ensino fundamental precisa chegar a todos os recantos do País e a ampliação da oferta de quatro séries regulares [...], consideradas as peculiaridades regionais e a sazonalidade” além de “prever formas mais flexíveis de organização escolar para a zona rural, bem como a formação profissional dos professores, considerando a especificidade dos alunos e as exigências do meio”. (PNE, Lei 10.172, de 2001) e a Resolução CEB/CNE nº 1, de 03 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo - Doebe.

Esta Resolução traz em seu Artigo 2º que elas,

[...] constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal. (MEC, 2002, p. 1).

Para afirmar que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (MEC, 2002, p. 1).

Mas se pararmos para pensar, qual a diferença entre educação rural e educação do campo? A crítica à educação rural é a crítica à escola na qual não existem educadores preparados, onde tudo é aceito, escolas caindo, falta de recursos, práticas pedagógicas inadequadas, ausência dos movimentos sociais, e tantos outros impedimentos que limitam a construção do conhecimento. A educação do campo nasceu para contradizer o ensino até então oferecido, e propor a participação de toda comunidade, com os movimentos sociais, na luta por políticas públicas, educadores capacitados de acordo com a realidade do campo e um a pedagogia que de fato atenda ao camponês em seus princípios, e que respeite e valorize sua cultura.

Na sua origem, o 'do' da Educação *do* campo tem a ver com esse protagonismo: não é 'para' e nem mesmo 'com': é *dos* trabalhadores, educação *do* campo, *dos* camponeses, pedagogia *do* oprimido. Um 'do' que não é dado, mas que precisa ser construído pelo processo de formação dos sujeitos coletivos, sujeitos que lutam para tomar parte da dinâmica social, para se constituir como sujeitos políticos, capazes de influir na agenda política da sociedade. (CALDART, 2009, p. 41)

De acordo com Caldart (2009), a Educação do campo não se trata de uma proposta de educação, mas enquanto crítica da educação em uma realidade historicamente determinada ela afirma e luta por uma concepção de educação (e de campo).

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - INEP (2007), a emergência do conceito de educação do campo se contrapõe à visão tradicional de educação rural. A expressão "do campo" é utilizada para designar um espaço geográfico e social que possui vida em si e necessidades próprias, como "parte do mundo e não aquilo que sobra além das cidades". O campo é concebido enquanto espaço social com vida, identidade cultural própria e práticas compartilhadas, socializadas por aqueles que ali vivem.

A educação do campo passa por transformações pedagógicas, a partir de experiências dos movimentos sociais, e das lutas por políticas públicas. É neste sentido que podemos afirmar que a educação do campo não é educação rural.

Para Caldart (2009), a educação do campo vai além do aprender e ensinar no ambiente escolar, ela é um movimento real de combate ao 'atual estado de coisas':

movimento prático, de objetivos ou fins práticos, de ferramentas práticas, que expressa e produzem concepções teóricas, críticas a determinadas visões de educação, de política de educação, de projetos de campo e de país, mas que são interpretações da realidade construídas em vista de orientar ações/lutas concretas.

A educação do campo procura atender as necessidades das comunidades, dos movimentos, das organizações, levando em conta a realidade que se encontra a escola. A construção do conhecimento não deve ocorrer apenas no ambiente escolar. Para os povos do campo, a educação também ocorre nas lutas, nas organizações, no cotidiano de comunidade e no ambiente familiar. Para Arroyo (1999) a escola deve interpretar esses processos educativos que acontecem fora criar uma síntese, organizar esses processos educativos em um projeto pedagógico, organizar o conhecimento, socializar o saber e a cultura historicamente produzidos, dar instrumentos científico-técnicos para interpretar e intervir na realidade, na produção e na sociedade.

A Educação Básica do Campo não pode ser vista sem a participação do movimento social existente no campo. É a partir das pedagogias, dentre elas, a Pedagogia da Alternância, construídas pelo movimento que se compreenderá o fenômeno educativo camponês (Nascimento, 2002).

As Escolas Famílias Agrícolas exercem a pedagogia da alternância buscando contribuir e proporcionar aos jovens uma formação integral, permitindo-os, questionar, refletir e agir sobre a realidade local.

A pedagogia da alternância é um modelo concreto da educação do campo. Ela busca o diálogo dos conhecimentos empíricos com os conhecimentos científicos fazendo com que o estudante não perca o seu vínculo familiar, o trabalho com a terra, as lutas, as formas de organização, uma vez que o estudante fica um tempo na escola e outro tempo na família juntamente com a comunidade.

A alternância teve início na França por volta no ano de 1935, devido à insatisfação de filhos de agricultores que não se adaptaram ao modelo educacional do país, aos conteúdos ensinados nas escolas, o que não oferecia condições para continuar trabalhando como agricultores. Devido a esta insatisfação, as famílias começaram a se organizar para discutir o desenvolvimento rural e a formação de pessoas comprometidas com o campo.

No espaço do Sindicato Rural, a comunidade começava a discutir os problemas relativos ao desenvolvimento rural, que os levou a constatar que o mesmo passava inevitavelmente pela formação de pessoas comprometidas com o seu meio. A partir disso pensaram, então, em um tipo de formação que possibilitasse aos jovens uma aprendizagem, teórico-prática e uma formação geral e técnica (WOLOCHEN; SILVA, 2009)

A partir destas discussões é que surge a ideia de se iniciar um modelo diferenciado de ensino, que se iniciou com quatro estudantes e aumentou significativamente. Com isso foi necessária uma organização por parte das famílias, que criaram uma associação para gerir a nova pedagogia, e uma nova escola foi formada. Para Woloche e Silva (2009), ela foi nascida da prática social organizada que construiu um instrumental pedagógico, onde prevaleceu a ação e a experimentação.

A alternância na educação é fruto de instituições e de iniciativa espontânea de famílias camponesas no interior da França no século XX. Por isso, a gestão do projeto Político Pedagógico de forma autônoma pelas famílias

camponesas, e as parcerias são características fundamentais na história dessa iniciativa. (JOSSERAND, 2004 *apud* BEGNAMI, 2010, p 33).

No Brasil, a experiência da pedagogia da alternância ainda é pouco conhecida, apesar de ser utilizada há mais de quarenta anos. O sistema, porém, está indo além dos cursos de formação técnica no ensino médio, se expandindo para cursos de graduação como o curso de Licenciatura em Educação do campo da UFMG.

A Pedagogia da Alternância baseia-se num método científico. Observar, ver, descrever, refletir, analisar, julgar e experimentar, agir ou questionar (através dos Planos de Estudos na família, comunidade ou na escola), procurar responder às questões (através das aulas, palestras, visitas, pesquisas, estágios) e experimentar (fazer experimentar em casa a partir do aprofundamento) (GODINHO, 2008).

Alternância significa o processo de ensino-aprendizagem que acontece em comunidade de origem (realidade); e o segundo, a escola onde o/a educando/a partilha os diversos saberes que possui com os outros atores/as e reflete sobre eles em base científicas (reflexão); e, por fim, retorna à família e à comunidade a fim de desenvolver a práxis (prática mais teoria) seja na comunidade, na propriedade (atividades de técnicas agrícolas), ou na inserção em determinados movimentos sociais (GODINHO, 2008, p.).

Dessa forma, a relação escola-família deve acontecer de forma participativa de modo que o processo pedagógico não considere somente a escola como construtora do conhecimento, mas também fora do ambiente familiar.

Pensar a educação do campo significa assumir três compromissos básicos: um compromisso ético/moral com a pessoa humana desumanizada historicamente; um compromisso com a intervenção social, e educar, neste sentido, significa intervir para transformar as realidades de exclusão pedagógica tão frequente nos municípios e estados da federação; e, por último, um compromisso com a cultura camponesa em suas diversas facetas, seja para resgatá-la, seja para recriá-la, bem como, para conservá-la. (NASCIMENTO, 2002, p. 187)

Arroyo (1999) acrescenta que, o movimento no campo não é só de homens. Todos, mulheres, homens, crianças, jovens integrados nesse movimento social, constituindo-se como sujeitos de direitos. Acordando e lutando. A escola reconhecendo a história concreta de cada educando, do coletivo, da diversidade dos gêneros, das raças, das idades (ARROYO e FERNANDES, 1999 p. 13).

Para Caldart (2009), a educação do campo deve se vincular às lutas dos trabalhadores do campo, camponeses que lutam para conseguir muitas vezes um pedaço de terra para cultivar e dali retirar o sustento de toda família. A luta pela educação do campo, não deve ser de maneira isolada, ela deve estar com os movimentos sociais e pessoas envolvidas neste processo. A educação do campo deve ser desenvolvida no local onde estão inseridos os trabalhadores, através de uma pedagogia que não exclua o camponês, mas sim que o faça sujeito e construtor desta educação.

O trabalho dos camponeses, em seu meio se torna relevante no processo de educação do campo, é através destes trabalhadores que a agroecologia se desenvolve em seu modo de vida, na agricultura, no manejo dos recursos naturais e cuidados com o meio ambiente. Por isso, o ensino em agroecologia se torna indispensável nas escolas do campo, para que juntamente com os movimentos sociais e os camponeses, seja possível contrapor a matriz tecnológica do agronegócio e assim produzir de maneira sustentável e ecologicamente correta.

Contudo, quando pensamos no ensino voltado para as ciências agrárias, acabamos nos retendo em uma educação tradicional, que acompanhou a suposta modernidade trazida pela revolução verde, no qual as escolas de nível médio/técnico e de ensino superior acabaram desenvolvendo seus currículos com o objetivo de aplicar essas tecnologias impostas ao agricultor, que se viram pressionados pela então política da modernidade, sendo apresentadas como a saída para acabar com a fome da população.

De acordo com Aguiar (2010, p. 04), a despeito das várias reformas educacionais vivenciadas pelos níveis técnico e superior a partir dos anos 1960, os cursos de ciências agrárias continuam formando profissionais para atender ao padrão tecnológico da agricultura convencional, seguindo a racionalidade econômica e os modelos técnicos produtivistas.

O crescimento da agricultura convencional e a busca direta pelos lucros financeiros provocaram sérios danos, no qual quem sofreu com isto foram os agricultores, os consumidores e todo o meio ambiente. Esquecemos que a agricultura em épocas passadas sempre foi cultivada em associação com a natureza e que já praticávamos a agroecologia.

De acordo com Silva e Fagundes (2011), a agroecologia é essencialmente camponesa, a história humana tem suas raízes no campesinato, por isto que podemos dizer que a agroecologia é o meio pelo qual abrangemos todos os elementos humanos e ambientais.

Devemos compreender que a agroecologia está associada à forma de vida camponesa, desenvolvida por povos que vivem em associação com a terra e procuram trabalhar de maneira que, a agricultura seja desenvolvida não apenas como meio de produção visando à comercialização, mas sim, uma produção familiar, exercida também para todo o sustento das pessoas envolvidas. Sabemos que a agroecologia está inserida na história da cultura humana, nas formas de produção e todo o manejo com os ecossistemas.

Para Silva e Fagundes, (2011), o camponês é agroecológico e a agroecologia é camponesa, a constituição e a organização das multidimensionalidades do território camponês passam necessariamente pela agroecologia.

Ao analisar diversas propostas e pedagogias de ensino, juntamente com a atuação dos movimentos sociais, é que surge a proposta de mudanças do ensino nas ciências agrárias, uma proposta que atenda o modo de vida camponês. E para concretizar este tipo de ensino as escolas desenvolvidas em sistemas de alternância procuram adotar estratégias para uma educação mais comprometida com o meio ambiente, a produção de alimentos e o modo de vida das pessoas.

O Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária da EFA Cruzília

A Escola Família Agrícola de Cruzília oferece aos jovens o ensino técnico em agropecuária integrado ao ensino médio com duração de três anos em regime de

pedagogia da alternância, onde o estudante fica quinze dias na escola e quinze dias com a família/comunidade o que se denomina de sessão escolar e meio sócio profissional. Tem como objetivo relacionar os conhecimentos práticos com os conhecimentos teóricos a fim de valorizar e respeitar os saberes do homem do campo e assim contribuir com a diminuição do êxodo rural e principalmente a evasão escolar destes.

Para o surgimento de uma EFA é necessário que aconteça reuniões com a comunidade e parceiros afins para a fundação da Associação, construção do Projeto Político Pedagógico, Plano de formação, Plano de Curso e escolha dos conteúdos para serem trabalhados e até mesmo seleção dos estudantes. Tudo isso levando em consideração a realidade local.

O plano de curso da escola se desdobra em plano de formação, e este em planos de estudos. No momento em que é construído o plano de formação, também são definidos os temas, ou seja, o plano de formação é como uma carta de navegação e os planos de estudos são os pontos pelos quais devem ser percorridos até atingir o alvo.

Assim, o plano de formação e os planos de estudos têm como objetivo dar direcionamento para o Curso Técnico em Agropecuária. Tais planos são direcionados de acordo com assembleias realizadas com as famílias e comunidades envolvidas com a escola, no início ou no final de um ano letivo.

Eles promovem a integração entre a família e a escola. Através deles ocorre a interação entre os conteúdos vivenciais práticos, e os conteúdos teóricos, sendo ambos desenvolvidos, tanto no ambiente escolar como no convívio familiar e com toda comunidade. A alternância ocorre em tempo escola (sessão escolar) e tempo comunidade (meio sócio profissional), integrando a realidade dos estudantes, mantendo o vínculo familiar e a vivência na escola com o diálogo dos saberes científicos.

O plano de formação define eixos geradores, objetivos e os planos de estudos que serão trabalhados durante todo o ano letivo. Para Begnami (2010), ex - monitor de EFA e assessor pedagógico da Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas - AMEFA e atuante na União Nacional das Escolas Famílias Agrícola do Brasil - UNEFAB, tem uma lógica temática e não disciplinar. Os temas partem da realidade dos estudantes e são desenvolvidos em conjunto com os demais instrumentos pedagógicos específicos da pedagogia da alternância sendo eles: plano de estudo, caderno da realidade, colocação em comum, acompanhamento personalizado (tutoria), visita às famílias, atividades de retorno às famílias e comunidades, projeto profissional etc.

No plano de formação é também previsto uma formação além do ambiente escolar com os estudantes, mas também uma formação com as famílias, que pode ser realizado na escola ou até mesmo na comunidade para garantir a participação das famílias na vida escolar dos estudantes, sendo também um momento de formação social e técnica das famílias.

O plano de estudo é o tema gerador de cada alternância, e por isso o mecanismo direto de ligação entre a casa e a escola, o conhecimento empírico e o conhecimento científico. O plano de estudo busca levar em consideração a realidade local e o contexto no qual está inserida a EFA. Funciona como uma via de mão dupla que traz para a escola o conhecimento sobre a realidade local e leva de volta estes conhecimentos de maneira aprofundada através do conhecimento científico, ao qual é dialogado com a família/comunidade.

No final ou no início de cada ano, de acordo com a necessidade de cada EFA é que se definem os temas geradores de cada alternância, ou seja, os planos de estudo, também sendo responsáveis por esta definição a comunidade escolar e as famílias. De acordo com cada plano de estudo, os professores/monitores orientam o seu planejamento de aulas. E no final de cada sessão escolar os monitores são responsáveis pela motivação do plano de estudo e elaboração do roteiro que deverá ser pesquisado juntamente com a família/comunidade. O estudante ao chegar em casa deve, juntamente com a família, realizar os trabalhos.

Os eixos geradores dos planos de estudo da Escola Família Agrícola de Cruzília se dividem em três, sendo desenvolvidos um eixo a cada ano. No primeiro ano o eixo gerador é o Meio-Trabalho e a Sustentabilidade no Campo. Nesta primeira etapa, o estudante pesquisa sobre temas gerais como a família, as profissões e as organizações, com o objetivo de conhecer o meio que está inserido. No segundo ano o eixo gerador é a Cadeia Produtiva do Setor Agropecuário, onde os estudantes trabalham com temas específicos do setor produtivo, levando em consideração as potencialidades da região, ou seja, as principais culturas e animais de criação.

No Terceiro ano temos como eixo gerador o Projeto Profissional e a Sustentabilidade no Campo. Nesta última etapa o estudante desenvolve o seu projeto de vida com perspectivas futuras de desenvolvê-lo e realizar seus sonhos. Este projeto é construído durante o ano letivo e deve ser apresentado no final do ano para toda a comunidade escolar. O projeto é desenvolvido juntamente com a família, sendo muitas vezes um sonho do estudante, ou até mesmo um sonho de toda família.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico, (2020, p. 06) para que a alternância de fato aconteça, além do plano de estudo outros instrumentos pedagógicos são necessários.

Ao retornar da família o jovem traz a pesquisa do Plano de Estudo. O roteiro respondido é uma redação que representa a síntese pessoal. A equipe aprecia o trabalho de cada um, individualmente. Em seguida, vem a Colocação em Comum, momento de socialização do Plano de Estudo. Neste processo busca-se construir um texto comum, uma espécie de síntese do conhecimento de cada um. Os monitores acompanham e facilitam o processo para que haja participação efetiva e ativa dos jovens. Além do mais, provocam o debate, problematiza o tema e levanta os pontos de aprofundamento para as aulas e disciplinas a serem administradas posteriormente.

O segundo, o Caderno da Realidade, acumula o registro de conhecimentos sobre a realidade. Nasceu da necessidade de sistematizar a pesquisa; nele o jovem registra todas as suas reflexões e estudos aprofundados. É o elemento que permite a sistematização racional da reflexão e ação provocadas pelo Plano de Estudo. "Lugar" onde ficam ordenadas as informações e experiências realizadas em casa e na escola.

O terceiro instrumento são as viagens e visitas de estudo que têm por finalidade levar os alunos a observarem a prática em ambientes diferentes àquele em que vivem; experiências existentes no campo profissional ou social. Visam o conhecimento de novas realidades e de novas técnicas, o confronto com realidades diferentes da realidade do educando, bem como realizar intercâmbios de informações e experiências práticas no campo profissional e social. O quarto são as Intervenções Externas que consistem em realizar atividades na escola articulando com os temas dos Planos de Estudos, tais como palestras, cursos, seminários, etc.

Em quinto lugar está a Atividade de Retorno e Experiências que consistem na fase conclusiva de um tema de Plano de Estudo. A EFA planeja com os jovens a forma como retornar a pesquisa para a família, comunidade ou entidades sociais e produtivas onde a pesquisa foi realizada. Uma atividade retorno poderá ser, por exemplo, a realização de uma palestra na comunidade, o desenvolvimento de uma campanha, a demonstração de uma técnica, entre outras.

Ao iniciar seus estudos na EFA o jovem será orientado a construir o seu Projeto Profissional, sexto instrumento pedagógico. Este será um meio de o jovem concretizar as pesquisas dos Planos de Estudo, buscando conhecer melhor a realidade socioeconômica, cultural, política e profissional regional, e começar a pensar no futuro como profissional. De acordo com o Projeto Político Pedagógico, (2020, p. 11) o Projeto será um meio de buscar inserção no mundo do trabalho, ou seja, de programar um empreendimento que gere emprego e renda para o jovem e sua família. Com este instrumento a EFA pretende proporcionar aos jovens uma alternativa de futuro para o campo no município de Cruzília - MG e região. Por isso, os Planos de Estudo deverão orientar-se na orientação profissional de jovens empreendedores rurais. Esta estratégia dependerá do grau de compromisso do jovem e, sobretudo, da idade.

Em sétimo lugar temos as Visitas às Famílias, que são atividades desenvolvidas pelos monitores no meio familiar do aluno. Têm por objetivo aproximar a escola da família e comunidades; compreender a realidade na qual o aluno se insere; criar condições para o estabelecimento do diálogo entre monitores e pais e entre pais e filhos, proporcionando discussões e entendimento sobre as responsabilidades de cada um no processo educativo dos jovens; sobre questões técnicas e pedagógicas da escola; implicar mais os pais no acompanhamento do filho durante a estadia em casa, de forma que eles se tornem monitores durante este período de aprendizagem no meio; envolver mais os pais na vida da escola e na participação efetiva da Associação.

Os estágios constituem mais um dos recursos utilizados na estrutura pedagógica. Este oitavo instrumento consiste na realização de atividades programadas, com duração de um, dois dias ou até uma semana, em propriedades agrícolas, empresas, entidades sociais, órgãos de pesquisa, assistência, serviços, entre outros.

São estes instrumentos que mantêm todo o vínculo entre família-escola, ou seja, é a base fundamental da pedagogia da alternância. Para garantir a alternância, o estudante deve realizar o plano de estudo com o acompanhamento da família e de toda a comunidade quando necessário buscando apropriar-se dos conhecimentos empíricos e, ao retornar à escola, os professores aprofundam estes conhecimentos, o que permite que o estudante aprenda de acordo com sua realidade.

A alternância possibilita ao jovem comprometer-se, experimentar, avançar tecnicamente, responsabilizar-se, dialogar e inserir-se no campo com os demais integrantes na busca de soluções de problemas e de melhoria da qualidade de vida, visto que, com este processo o estudante não perde o vínculo com a família e o contato com o meio rural e assim a chance de evasão diminui.

Ao realizar estes trabalhos juntamente com a família/comunidade, os estudantes tornam-se sujeitos do seu próprio conhecimento utilizando o pensamento lógico, a criatividade, a intuição e a capacidade de análise crítica para identificar e questionar problemas da realidade e tentar resolvê-los, e com isto podemos oferecer ao meio rural lideranças motivadas que possam orientar o desenvolvimento social e técnico em agropecuária e o aluno vê sentido em estudar.

Resultados da EFAC

Contrariando os modelos da educação em que somente as escolas urbanas medeiam conhecimentos significativos, os egressos da EFAC dizem que a referida escola proporcionou condições e conhecimentos para além daqueles curriculares, pois vem cumprindo seu papel social por capacitar para a vida em sociedade, por formar cidadãos críticos e por promover relações entre os conhecimentos que já são comuns às disciplinas com a realidade do campo.

Esclarecendo que o objetivo da Pedagogia da Alternância (P.A.) não é e nunca foi “fixar” o estudante no campo. Ela oferece possibilidades e dá condições para potencializar o caminho percorrido pelo estudante em relação ao conhecimento já que a P.A. oferece uma formação integral do ser humano. Assim reforça o monitor Alex Pereira dos Santos egresso da Efac:

“ A EFA para mim foi um lugar onde descobri o norte para meus estudos, antes no ensino fundamental em um colégio padrão me via parando de estudar para ajudar meus pais na pecuária leiteira, foi quando descobri o modelo de ensino da EFA e resolvi fazer uma experiência onde me adaptei muito bem, durante o curso com o sistema de pedagogia de alternância eu pude colocar em prática tudo que era me passado dentro do sítio dos meus pais. Em seguida quando me formei vi que precisava seguir na área com mais estudos e resolvi ingressar em uma universidade no curso de agronomia, onde mais tarde tive a oportunidade de realizar também uma especialização na área. Contudo a EFA foi minha base forte para minha caminhada profissional e social pelos ensinamentos e vivências. ”

O trabalho da escola acontece na perspectiva de formação de um sujeito crítico por meio de sua pedagogia oferecendo condições psicológicas e afetivas, permitindo um clima facilitador de convivência e de aprendizagens com qualidade de vida. Em conformidade a isso o monitor egresso da Efa Charles de Castro Silva ressalta:

“A Pedagogia da Alternância teve um papel importantíssimo na minha trajetória escolar, ensinando que ninguém é superior e sim todos, somos iguais. O interessante é a preocupação, o acompanhamento, o carinho que os professores têm com os estudantes no período da estadia escola/casa. As disciplinas da BNCC conversam com a técnica, cada assunto abordado em sala de aula contribuía para colocar em práticas as atividades propostas pela escola. Tive a oportunidade de participar de um projeto para reativação da piscicultura na propriedade da escola, via hidrelétrica de Furna, por meio desse; descobri-me no ramo da piscicultura e agroecologia. Através da pedagogia da alternância sou formado em técnico em agropecuária pela Escola Família Agrícola de Cruzília (EFAC), Licenciatura em educação do Campo área – Ciências Agrárias pelo Instituto Federal do Sul de Minas Gerais – Campus Inconfidentes. Atualmente faço parte da equipe de trabalho na EFAC, à escola que me recebeu de portas abertas em 2007 a 2009.

Além de favorecer um crescimento pessoal e profissional, a escola possibilita um crescimento social que promove uma formação humana diferenciada,

como se destaca a seguir nas palavras do também monitor e egresso da EFA Luiz Felipe Oliveira Alves:

“A Educação do Campo transforma o ser humano. Vivenciar a formação por alternância é, no mínimo, transformador. Os três anos do Ensino Médio por mim vividos na EFA, contribuíram para minha formação em amplos sentidos. Pude desenvolver o senso de responsabilidade e organização em diversos momentos. Arrumar a cama, cuidar dos animais, realizar algumas tarefas domésticas e continuar os estudos para além da escola, me fizeram compreender o quanto é importante, enquanto pessoa, ter a iniciativa de organizar e ser responsável por atividades confiadas a mim. O convívio integral com pessoas das mais diversificadas regiões, me ajudaram a exercitar o respeito e empatia pelo próximo. Estar junto de indivíduos com realidades, religiões, crenças, costumes, culturas e personalidades diferentes, contribuiu para meu amadurecimento. Outro fator de destaque, é, ter experimentado a prática-teoria-prática, poder comparar e realizar experimentos reais, embasados pela teoria, e, observá-los de perto, como estudos de caso é fantástico. A relação com os professores e funcionários é completamente diferente do que pude viver em outros modelos de formação. O cuidado, contato e partilha das vivências, ultrapassam a sala de aula, e, se estendem também de uma forma integral. A junção de todos esses pontos reflete a pessoa que eu sou hoje. Como dito, a formação integral, proposta pelas EFAs, cumpre seu papel, e insere na sociedade, jovens bem capacitados no âmbito profissional, pessoal e social. Aproveito para externar toda minha gratidão e amor por todas as pessoas que direta, ou indiretamente contribuíram para minha formação, faço questão de lembrá-las por onde vou.

Por fim a ex-aluna Bianca Oliveira Alves, hoje estudante de zootecnia na UFLA mencionou como foi ter estudado em uma escola que adota a Pedagogia da Alternância e o que aprendeu. Ao ver as respostas, evidencia-se que a experiência foi satisfatória.

“Com certeza, ter sido estudante da Escola Família Agrícola de Cruzília me fez crescer muito, em todos os sentidos, a didática, os professores, os funcionários, os colegas e entre outros fatores exclusivos da escola contribuíram diretamente para minha formação tanto profissional como pessoal. A escola nos proporciona experiências incríveis, o curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio nos dá uma expectativa maior para nosso futuro, nos coloca frente à frente com o mercado de trabalho ou até mesmo despertar a vontade aprofundar na área. Além disso, a escola contribui muito para vida pessoal dos alunos, pelo fato de passarmos quinze dias convivendo com pessoas de outras comunidades, outros costumes, ou seja, com vidas totalmente diferentes da nossa isso nos faz enxergar além do que estávamos acostumados. Enfim, aos momentos incríveis e pessoas incríveis que conheci naquela instituição a minha gratidão eterna!”

CONCLUSÃO

A Escola Família Agrícola de Cruzília, é uma entidade que visa o processo de auto-organização o que faz com que as atividades de manutenção sejam feitas com a contribuição dos estudantes. O processo de auto-organização é riquíssimo no trabalho de emancipação e autonomia dos estudantes, é de se ponderar que deve sempre estar numa perspectiva do trabalho como princípio pedagógico, para não se

tornar mais autosserviço do que auto-organização. Mesmo considerando tais desafios, alguns estudos têm apontado para o fato de que a auto-organização se constitui numa importante ferramenta de formação de atitudes mais solidárias e autônomas entre os estudantes. Para compreender o mundo que o cerca e a si mesmo o indivíduo necessita do processo de auto-organização, constituído de organização-desordem-organização, de homeostase e autopoiese, para produzir por si próprio a consciência bioética (PAIXÃO JUNIOR, 2013).

O curso ofertado pela escola tem duração de 03 anos, o que coloca o estudante mais tarde tanto no mercado de trabalho, como também no acesso à universidade. Apesar da maioria dos estudantes atendidos pela escola serem procedentes do meio rural, não significa que queiram seguir a carreira agrícola, portanto a liberdade de escolha, não existe, ou seja, não existe a opção em optar apenas pelo ensino médio ou outra formação profissional.

Além dos aspectos estruturais e funcionais do curso a parte político pedagógica é muito diferenciada em relação ao ensino convencional, a alternância pedagógica requer o estímulo à criação, à liberdade de pensamento e à construção coletiva do conhecimento, priorizando trabalhos em grupo através da auto-organização dos estudantes, uma novidade para a qual eles não estão acostumados nem no meio em que vivem nem nas escolas progressas nas quais estudaram. A forma de educação convencional está impregnada tanto nas famílias, como nos estudantes, o que pode dificultar a aceitação a uma nova experiência de aprendizagem.

O elemento econômico também exerce forte pressão sobre o contexto em que a escola está inserida, os estudantes do meio rural (setor que mais gera empregos nos municípios que a escola atende) que em sua maioria precisam contribuir com a renda da família, são fortemente motivados a se inserir no mercado de trabalho, abandonando a escola (evasão por desistência) ou partindo para cursos noturnos em escolas públicas convencionais.

Apesar do cenário desafiador, existem muitas oportunidades e forças que diferenciam a projetam a escola na realidade a qual está inserida, o que evidencia o interesse do público camponês pela escola. Porém, existe uma parcela desse público que, pelas hipóteses levantadas acima, se transferem para escolas da rede pública com ensino convencional. O aprofundamento dessas questões ainda pouco claras pode fortalecer a escola, aumentando o seu público, através da melhoria do índice de evasão, propagando e ampliando o acesso à Pedagogia da Alternância para um número maior de famílias e comunidades.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, de Almeida Virgínia Maria. Educação em Agroecologia – Que Formação para a Sustentabilidade? Revista Agriculturas. Experiências em Agroecologia, v.7, n. 4 dez. 2010.

ARROYO, G. Miguel; FERNANDES, M. Bernardo. Por uma educação básica do campo
Disponível em
<http://educampoparaense.eform.net.br/site/media/biblioteca/pdf/Colecao%20Vol.2.pdf> Acesso dia 05/04/2022.

BEGNAMI, J. Batista. Educação do Campo, Pedagogia da Alternância. Revista Presença Pedagógica. V.16, n.91, jan. / Fev. 2010.

Bezerra JAB. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. RevBras Educ. 2009;14(40):103-15.

BITTENCOURT, J. M. V. Políticas Públicas de Reforma Agrária e Segurança Alimentar: Análise Comparativa dos Agricultores Familiares no Território Rural Vale do Rio Vermelho-Go. 164. Dissertação de mestrado em Política e Gestão de Processos Educacionais. UFPA, Porto Alegre, 2007.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, SariKnopp. Investigação qualitativa em educação. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BORJA, I. M. F. S.; MARTINS, A. M. O. **Evasão Escolar**: desigualdade e exclusão social. Revista Liberato, Novo Hamburgo, v. 15, n. 23, p. 01-104, jan./jun. 2012.

Brasil. CNE. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução n. 1, de 3 de abril de 2002, Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Disponível em: < file:///D:/Users/Marcia/Downloads/rceb001_02%20(1).pdf >. Acesso em: 08/05/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Educação do campo: marcos normativos. Brasília: SECADI, 2012. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB**, Lei nº 9394/96. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acessado em 13 de julho de 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda Constitucional nº 64**, de 04 de fevereiro de 2010. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2064%2C%20DE,a%20alimenta%C3%A7%C3%A3o%20como%20direito%20social.&text=.%22%20\(NR\)-,Art.,na%20data%20de%20sua%20publica%C3%A7%C3%A3o](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2064%2C%20DE,a%20alimenta%C3%A7%C3%A3o%20como%20direito%20social.&text=.%22%20(NR)-,Art.,na%20data%20de%20sua%20publica%C3%A7%C3%A3o)> Acesso em 05/07/2022.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841.

BRASIL tem 3ª maior taxa de evasão escolar entre 100 países, diz Pnud. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/03/14/brasil-tem-3-maior-taxa-de-evasao-escolar-entre-100-paises-diz-pnud.htm>>. Acesso em: 18 out. 2016.

DORES, S. R; LUSCHER, A. Z. Permanência e Evasão na Educação Técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, 2011, v. 772.

PAIXÃO JUNIOR, V. G. **Bioética e educação**: o educador como facilitador da auto-organização pessoal e social: reflexões a partir do pensamento de Edgar Morin. *Revista Simbio-Logias*, v. 6, nº 8 11/2013.

CALDART, R.S **Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso**. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v.7 n.1, p.35-64, mar/jun.2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 06/04/2022.

GODINHO, O. S. Maria Edna; *Pedagogia da Alternância: uma proposta diferenciada*. Disponível em <<https://www.webartigos.com/artigos/pedagogia-da-alternancia/3845>> Acesso dia 18/06/2022.

IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Relatório Final. 2011 no 07-10; Salvador: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_alimentar_IV/relatorio_preliminar_4_conferencia_seguranca_alimentar_nutricional.pdf> Acesso em 05/07/2022.

MAZZOTTI, A. J. Alda. Usos e Abusos dos Estudos de Caso. *Caderno de Pesquisa*, v. 36, n. 129, p. 637-651, set. / dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n129/a0736129.pdf> Acesso em 11/10/2011.

NASCIMENTO, C. G. *Educação e Cultura: as escolas do campo em movimento*. Goiânia: Fragmentos de Cultura/UCG-IFITEG, v. 12 nº. 3, maio/junho, 2002, 453-469, 2002. Disponível em <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/184/147>> Acesso dia 22/05/2022.

OBSERVAÇÃO, participante. In *Infopédia [em linha]*. Porto: Porto Editora, 2003-2011. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$observacao-participante](http://www.infopedia.pt/$observacao-participante)>. Acesso dia 28/06/2022.

PANORAMA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, Escola Família Agrícola de Cruzília, Cruzília – MG 2006.